

## A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Jailma da Costa Silva Dantas (1); Ana Cristina Silva Daxenberger (2)

(Universidade Federal da Paraíba, jailmacsd@gmail.com)

**Resumo:** Os surdos são usuários permanentes da modalidade visuo-espacial, por isso, há a necessidade de apresentar o ensino para estes utilizando recursos diferenciados, garantindo seu acesso à educação. Tanto a Lei 10.436/02 quanto o Decreto 5.626/05, que regulamentam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), apresentam as exigências necessárias para que a educação dos surdos se efetive e proporcione à devida formação docente. Levando em consideração esses aspectos e, procurando compreender como os professores ouvintes de uma escola voltada para educação bilíngue têm realizado as adaptações curriculares, desenvolvemos uma pesquisa tomando como base as Leis que versam sobre a formação docente e os documentos sobre adaptações. A pesquisa teve abordagem qualitativa, adotando o procedimento de pesquisa de campo, e como instrumento de coleta de dados utilizamos o questionário semiestruturado. Após analisar os resultados, percebemos que os mais significativos obstáculos estão vinculados à falta de: proficiência da Libras dos professores; tempo para elaboração dos materiais adaptados; e a utilização dos mesmos na prática educativa. Também constatamos que a escola observada é renomada pelo fato de trabalhar com educação voltada para surdos, todavia, verificamos que mesmo entendendo a importância e legitimidade da Libras, a habilidade dos professores quanto ao uso dessa língua ainda precisa ser aprimorada. Mesmo a escola oferecendo formação continuada, constatamos a necessidade de mantê-la para o aperfeiçoamento da Libras, e a construção de práticas com recursos didáticos mais efetivo na aprendizagem.

**Palavras chave:** Recursos didáticos; Educação Bilíngue; Educação de surdos; Formação continuada.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte do trabalho de conclusão de curso, na área de Licenciatura Plena em Letras Habilitação: Língua Brasileira de Sinais - Libras, apresentado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sendo assim traremos aqui um pouco do que foi pesquisado com relação à adaptação de recursos didáticos na educação dos surdos. Na intenção de aprimorar o atendimento educacional nas escolas bilíngues, sejam elas regulares ou não; a construção de recursos didáticos adaptados pode favorecer aos docentes a elaboração de práticas inclusivas e superação da situação preocupante da falta de materiais adequados à população surda.

Os surdos são usuários permanentes da modalidade visuo-espacial, ou seja, ouvem com os olhos e falam com as mãos. Porém, houve um longo período para que isso fosse entendido e aceito. Desde a antiguidade há uma grande oscilação no que se diz respeito à comunicação e à educação dos surdos. Isto se dá pelo fato de que em alguns períodos

históricos, eles obtiveram conquistas (liberdade de se expressarem e se comunicarem por meio da língua de sinais) ganhando espaço na sociedade e, em outros tempos, na história da humanidade, perderam totalmente o direito ao uso da língua de sinais, e lhes foi imposta a comunicação oral para serem aceitos como membros da sociedade, a qual se constitui basicamente pelo modelo comunicativo oral.

Um fato significativo para esta última situação foi o do Congresso de Milão em 1880, no qual se discutiu encaminhamentos sobre a educação de surdos e foi proibido o uso da língua de sinais em todos os países, considerando e dando preferência ao método oralista para a população surda, como único modelo educacional aceitável e adequado para que o sujeito surdo fosse reconhecido como membro da sociedade.

Acreditava-se que o oralismo era o método apropriado para a educação dos surdos, trazendo uma ideia equivocada de que, com a existência da língua de sinais, haveria um comprometimento no aprendizado da língua majoritária (língua oral).

Pouco antes do Congresso de Milão, a língua de sinais já havia se estabelecido no Brasil. Em 1855, a convite de Dom Pedro II, o professor francês Hernest Huet chega ao Brasil, no estado do Rio de Janeiro, aceitando a proposta de ensinar língua de sinais a alguns brasileiros, dando a chance de serem reconhecidos como cidadãos. Em 1857, foi fundada a primeira escola para surdos no Brasil, que tinha por nome Instituto Nacional de Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Este funcionava com o regime de internato apenas para surdos do sexo masculino. Surdos de vários estados do Brasil se mudaram para poderem ter acesso à instituição e estudarem, no período de férias, voltavam para suas casas. Anos mais tarde, os surdos foram pegos de surpresa com a imposição do método oralista, sendo desestabilizado todo o trabalho desenvolvido pelo instituto.

Assim, existiu uma grande pausa na educação dos surdos, por um período de mais ou mesmo um século, no qual houve a imposição de uma língua (falada) em detrimento de outra (língua de sinais), trazendo grande prejuízo na educação desses sujeitos. Apesar de ter sido negado o direito de se comunicarem naturalmente e passar anos buscando uma equivalência com os ouvintes, o método oralista falhou, dando origem a outros movimentos, chegando ao mais recente que traz como proposta educacional o bilinguismo.

A educação bilíngue sugere o acesso a duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como língua natural (L1), e a língua majoritária (L2) na modalidade escrita para a população surda. Isto traz aos surdos a liberdade de se comunicarem em sua própria língua e a expressarem melhor suas ideias. No Brasil, é adotada a Língua Brasileira de Sinais

(Libras) como L1, para a população surda, conseqüentemente, a Língua Portuguesa - LP como L2.

Aqui, no Brasil, a língua de sinais foi reconhecida recentemente, através da lei 10.436/02 e regulamentada pelo decreto 5.626/05, tendo por nomenclatura Língua Brasileira de Sinais – Libras. Mesmo tendo o conhecimento de que a Libras é uma língua como qualquer outra, apresentando uma gramática própria, expondo todos os pontos linguísticos e que também há leis que regem a educação do surdo, percebe-se que muitos profissionais da área da educação ainda não estão preparados para a recepção de tais alunos, visto que não obtiveram a formação necessária em Libras para proporcionar o ensino na L1 para os surdos e a se comunicarem com eles.

Por isso, é de grande valia que a área da educação tenha o olhar voltado para as estratégias de ensino necessárias para alcançar tal aprendizado. Estratégias essas que levem em consideração a educação bilíngue, fazendo utilização de materiais visuais (materiais/recursos adaptados) com a finalidade de que se torne habitual essa prática entre os docentes, ocorrendo assim o aprendizado de fato desses alunos. Conforme Campos (2013, p.48)

O surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social. A língua de sinais permite ao ser surdo expressar seus sentimentos e visões sobre o mundo, sobre significados, de forma mais completa e acessível.

Diante disso, é fundamental apresentar possibilidades visuais de ensino em conformidade com a didática da Libras, mostrando que há sim como alcançar um aprendizado eficaz dos surdos, partindo do concreto para o abstrato (materiais visuais/adaptados), tornando a aprendizagem clara e, ao mesmo tempo, observando a sala de aula para descobrir os diferentes níveis de aprendizagem. Outro aspecto importante a ser observado é a construção de novas estratégias pedagógicas adaptadas e o respeito ao tempo de aprendizado de cada aluno surdo.

Vale ressaltar que, partindo dessa estratégia de ensino, os alunos ouvintes, também, podem se apropriarem de um bom aprendizado, de maneira que todos só têm a ganhar pedagogicamente.

Tomando como base as leis que versam sobre a formação docente e os documentos sobre adaptações, nossa pesquisa tem como objetivo geral: compreender como os professores de uma escola bilíngue, na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, têm realizado as

adaptações curriculares, para melhor atender às reais necessidades dos estudantes surdos lá matriculados.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Há alguns anos, as políticas públicas vêm tratando da integração social, que se entende pelo atendimento à pessoa com deficiência, de maneira a dar-lhes formação educativa e profissional para que possam se adaptar e atuar na sociedade (SASSAKI, 2001; MANTOAN, 2005). Hoje, a sociedade busca a construção de práticas de inclusão escolar e social, como está previsto na Constituição Federal – CF, de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996 e ratificado pelo Conselho Nacional de Educação CNE/CP, portaria 01/2001, na intenção de oferecer educação para todos, considerando a formação dos docentes, uma questão importantíssima para a construção de uma escola inclusiva.

Em se tratando dos sujeitos surdos, recentemente, foram instituídos a Lei da Libras 10.436/02 e o Decreto 5.626/05 que a regulamenta, dando o direito aos surdos de terem liberdade linguística, reconhecendo a língua de sinais como a língua natural da população surda, e garantindo legalmente o acesso à educação regular bilíngue. Para isto, as escolas regulares devem oferecê-la aos surdos, como L1, e língua portuguesa na modalidade escrita como L2 e observarem práticas de inclusão social e escolar.

Pelo fato de os surdos terem como língua materna - (L1) a Libras, nada mais justo que receber ensino em sua própria língua, principalmente, tratando-se de uma escola bilíngue. Entende-se como ensino bilíngue o método em que o surdo é exposto primeiramente a sua língua materna (L1) para então adquirir sua segunda língua (L2), a língua oficial de seu país na modalidade escrita.

Conforme Botelho (2002) é direito das crianças a utilização da língua de sinais (L1) e a modalidade escrita do português (L2), como prática da modalidade bilíngue. Para isto é necessário que os docentes estejam preparados para tal ensino. Ao adquirir o conhecimento da Libras e aprimorá-lo, tanto a relação com o aluno surdo vai se estreitando, quanto o *feedback* do ensino se torna mais eficiente, consolidando-se prática exitosa de ensino ao Surdo.

A Constituição Federal - CF de 1988, em seu art. 205, profere a relevância da educação para todos, apresentando o dever do Estado junto a família. O art. 208, inciso III, afirma que é dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 - prevê a formação docente no art.59, inciso III, declarando que é necessário: “professores com especialização adequada em nível

médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

O Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 01/2002, com relação à formação do docente da educação básica, estabelecida através das Diretrizes Curriculares Nacionais (2002), em seu Art. 6º expressa as competências dos docentes dizendo que é responsabilidade do docente competência que favoreçam à formação humana, ética, democrática; com domínio de conteúdos curriculares escolares, didáticos e pedagógicos; bem como a reflexão e o aperfeiçoamento da própria prática.

O que constatamos é que existe uma série de documentos que expressam a importância do aperfeiçoamento da formação dos professores, revelando que as competências do ser docente não cessam na graduação; pelo contrário, esses documentos exibem a necessidade da formação continuada, para que de fato a educação seja alcançada por todos.

Anos mais tarde, temos o Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei da Libras 10.436/02 em seu Cap. IV, Art. 14, § 1º que profere quanto a formação do professor em Libras. Este documento legal, não só reconhece a Libras como L1 para a população surda, como exhibe e delibera sobre a exigência de formação inicial e continuada aos profissionais da educação e de fonoaudiologia.

A essência desta formação deve objetivar a compreensão das reais necessidades educacionais da comunidade surda, levando em consideração, sua língua, sua cultura e sua identidade.

Os surdos são visuais e os professores precisam compreender que a Libras, como qualquer outra língua, possui sua própria estrutura gramatical. “Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 30) que, na cultura “[...] é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com suas percepções visuais [...]” (STROBEL, 2008, p. 24) e que a identidade surda se efetiva conforme a relação que o surdo assume dentro da sociedade, dependendo de sua ligação com a cultura surda.

Segundo Perlin (1998, apud Salles et al., 2004, p. 41), a identidade pode ser definida como:

- Identidade flutuante, na qual o surdo se espelha na representação hegemônica do ouvinte, vivendo e se manifestando de acordo com o mundo ouvinte;
- Identidade inconformada, na qual o surdo não consegue captar a representação da identidade ouvinte, hegemônica, e se sente numa identidade subalterna,

(83) 3322.3222  
contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

- Identidade de transição, na qual o contato dos surdos com a comunidade surda é tardio, o que os faz passar da comunicação visual-oral (na maioria das vezes truncada) para a comunicação visual sinalizada – o surdo passa por um conflito cultural;
- Identidade híbrida, reconhecida nos surdos que nascem ouvintes e se ensurdecaram e terão presentes as duas línguas numa dependência dos sinais e do pensamento na língua oral;
- Identidade surda, na qual ser surdo é estar no mundo visual e desenvolver sua experiência na Língua de Sinais. Os surdos que assumem a identidade surda são representados por discursos que os veem capazes como sujeitos culturais, uma formação de identidade que só ocorre entre os espaços culturais surdos.

Entendendo esses pressupostos teóricos, o docente pode começar a pensar e elaborar suas aulas com métodos adequados ao ensino dos surdos, libertando-se dos preconceitos que foram construídos em relação à educação desses sujeitos e favorecendo à inclusão.

Uma vez que o docente se apropria da metodologia condizente aos discentes surdos, como por exemplo, o uso ilustração de materiais visuais apresentados no momento da explicação de um determinado conteúdo com teor abstrato, através de um *datashow*, se torna mais compreensível o conteúdo conceitual. O tema abordado somado à imagem apresentada estimula a atenção e o aprendizado, fazendo com que todos os discentes (surdos e ouvintes) se beneficiem mediante a essa explanação. No tocante à avaliação, obviamente que a aplicação de atividades avaliativas deve ter adaptações curriculares também.

Para compreender a adaptação de materiais/recursos didáticos utilizados para o público surdo, é necessário buscar conhecimento em fontes teóricas para entendermos do que se tratam as adaptações curriculares, pois são relevantes para os docentes que lidam com a educação bilíngue/inclusiva, visto que, trabalhando dessa forma, estes passam a refletir sobre as especificidades de cada aluno.

As Adaptações Curriculares se dividem em dois campos que são: Adaptações Curriculares de Grande Porte (Adaptações Significativas) que competem às instâncias administrativas superiores; e as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas) conforme denominado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS – Adaptações Curriculares (Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999).

Ao se apropriar dessa ação, o professor passa a observar o modo como cada aluno desenvolve seu aprendizado, por isso as adaptações curriculares trazem uma flexibilidade com relação às diferentes formas de abordagens frente ao ensino, em conformidade com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Adaptações Curriculares (MEC/SEED BRASÍLIA, 1999, p. 53-54):

As adaptações organizacionais dizem respeito:

- ao tipo de agrupamento de alunos para realizar atividades de ensino-aprendizagem;

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

- à organização didática da aula;
- a organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas.

As adaptações relativas aos objetivos e conteúdos referem-se:

- à seleção, priorização e sequenciamento de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores;
- à seleção, inclusão e priorização de objetivos;
- à eliminação e ao acréscimo de conteúdos, quando for necessário.

As adaptações avaliativas dizem respeito:

- à variação de critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos adotados para avaliar o aluno;
- à variação nos critérios de promoção.

As adaptações nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino-aprendizagem referem-se:

- à alteração nos métodos adotados para o ensino dos conteúdos curriculares;
- à introdução de atividades complementares ou alternativas, além das planejadas para a turma;
- à alteração do nível de abstração e de complexidade das atividades, oferecendo recursos de apoio;
- à seleção de materiais e sua adaptação.

As adaptações na temporalidade dizem respeito:

- à alteração no tempo previsto para a realização das atividades ou conteúdos;
- ao período para alcançar determinados objetivos;
- ao prolongamento ou redução no tempo de permanência do aluno na série, fase, ciclo ou etapa.

Frente a essas exigências, o docente deve trabalhar sua criatividade, estar atento às necessidades dos alunos e pôr em prática suas habilidades, para que alcance o aprendizado dos discentes surdos.

### **3. PERCURSO METODOLÓGICO: Compreendendo a pesquisa**

A pesquisa tem abordagem qualitativa com características de pesquisa de campo. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola inclusiva de áudio comunicação, na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba. Para coleta dos dados, utilizou-se de questionários com perguntas abertas e fechadas, as quais nos possibilitou a organização dos dados por temáticas de estudos e discussão.

Antecedendo a aplicação dos questionários, foi feito um contato direto com a gestão, solicitando a autorização para execução da pesquisa, com a entrega dos termos de esclarecimento e autorização. De um total de dezesseis docentes que atuavam no ensino médio, apenas seis se prontificaram a responder o questionário, o que nos possibilitou uma amostra de 37,5% dos professores que lecionavam, neste nível de ensino. Por questões éticas,

os professores foram identificados por P1, P2 até P6. Os dados foram organizados em temáticas de estudo, sendo os apresentado a seguir.

#### 4. ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA

O Decreto 5.626/05 menciona como se deve garantir o atendimento especializado no que se diz respeito à formação do professor em Libras. Adquirindo tal conhecimento o professor passa a respeitar/entender a Libras, podendo começar a desenvolver seu currículo em sala de aula, expandindo suas habilidades e trabalhando os recursos didáticos observando o aluno através do contato visual; reportando-se diretamente ao estudante; utilizando recursos visuais, entre outros.

Diante disto apresentaremos os dados a descrição sobre a formação docente quanto ao conhecimento e aprimoramento de Libras, para posteriormente debatermos sobre a metodologia e recursos adaptados.

##### 4.1. A formação docente dos participantes

Frente a esse levantamento, foram analisados os incentivos e obstáculos que os docentes perceberam em sua profissão. Os quatro primeiros pontos estão relacionadas à formação dos professores e às experiências com a Libras. Para isto, organizou-se um quadro sobre a formação docente.

**QUADRO 1: FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO E EXPERIÊNCIAS COM A LIBRAS**

Professor	Formação dos docentes	Tempo que atuam na instituição	Nível de conhecimento LIBRAS
P1	Professor de Língua Portuguesa	7 anos	Intermediário
P2	Licenciatura – Letras	3 anos	Intermediário
P3	Educação Física – Licenciatura Plena	7 anos	Avançado
P4	Licenciatura em Libras, Português e Inglês; Especialista em Inglês e Libras. Bacharel em Ciências Contábeis	5 anos	Avançado
P5	Professor de Arte	1 ano	Intermediário
P6	Licenciatura em geografia com especialização em Libras	3 anos	Intermediário

Fonte: Elaboração própria, 2018.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)



Como o foco da pesquisa estava ligado ao ensino médio, tivemos professores formados em várias áreas de conhecimento, que mencionaram ter certo nível de conhecimento da Libras, sendo que a maioria (5 professores) possuía mais de 2 anos de experiência de trabalho na instituição. Constatou-se, ainda, não há o domínio da língua de sinais por parte dos professores, visto que dos seis professores, apenas dois afirmaram estar no nível avançado de conhecimento da Libras.

Essas afirmações nos fazem refletir sobre a eficiência docente quando o mesmo não domina a Libras para o ensino de pessoas surdas, sobretudo, por estarem atuando em uma escola bilíngue.

Ficou constatado que a formação desses docentes apresenta diferentes licenciaturas, e que cada um se apropriou da Libras e faz o uso dela de acordo com sua área de conhecimento, mas na maioria não apresentam proficiência.

Quando questionamos se a escola oferecia formação continuada, contribuindo assim, para a formação de seus professores, todos os docentes afirmaram que participaram e ainda participam de formação continuada com o pensamento de aprimorar seus conhecimentos e melhorar a prática docente.

Sobre a formação docente, dos 6 professores, 5 afirmaram que a escola oferece formação continuada, e somente 1 professor não respondeu. Sobre o que tem contribuído na formação do professor quanto ao ensino bilíngue, novamente, apenas 1 professor não respondeu, os demais afirmaram que é muito importante e tem contribuído significativamente na vida profissional dos docentes. Um professor ressaltou que deveria ter mais formação. E quanto à periodicidade, nenhum professor trouxe dados significativos sobre o tempo e de quanto em quanto tempo a escola oferece formação. Mas ressaltaram que a mesma acontece quando há demanda. Sobre este aspecto, pode-se afirmar que a escola precisa estar mais atenta, pois nem sempre os professores se queixa sobre a necessidade de formação, e é necessário a escola está aberta a ouvir e ver as necessidades dos professores, a partir das observações no cotidiano escolar.

A LDB 9394/96 prevê essa formação no Art.59, inciso III, declarando que é necessário: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. A LDB aponta ainda que é necessária a formação docente continuada, sendo responsabilidade das instituições educacionais. Por esse

motivo, chamamos a atenção para a responsabilidade da escola em oferecer a formação continuada aos professores atuantes na escola bilíngue.

#### 4.2. Possíveis adaptações/métodos utilizados pelos professores

Com relação aos métodos, todos os docentes afirmaram que utilizavam o ensino conforme as perspectivas da educação dos surdos, e eram os métodos relacionados ao espaço (viso-espacial), dizendo que aderiram aos recursos visuais como: vídeo em Libras, jogos adaptados, textos em Libras, *datashow*, jogos lúdicos, Libras/Português, pesquisa em dicionários de Libras e em dicionários de Língua Portuguesa, jogos com palavras em Libras/Português, vocabulários em Libras /português e imagens fotográficas.

Quando questionados se costumavam adaptar os materiais didáticos de forma apropriada para os alunos surdos, todos os professores afirmaram que seus materiais eram adequados para este público. Os materiais criados pelos docentes eram bem criativos e dinâmicos: roleta, quebra-cabeça, jogos silábicos; jogos dos sinônimos, vocábulos, verbos, adjetivos, letramento, substantivos, gêneros, cordel; manual de xadrez com sinais específicos do jogo em Libras, tabela da copa do mundo, cartazes e vídeos com sinais em Libras, regra dos esportes, cuidados com o corpo e saúde, vídeo em Libras; Jogos, textos filmes; jogos lúdicos; seleção de imagens associados ao tema, sinalário.

Esse tipo de produção/adaptação é de grande relevância na educação do surdo, pois quando o professor trabalha suas habilidades e as exibe, torna a aula mais interessante, pois “no ensino da Libras a habilidade de ilustrar com exemplos é essencial uma vez que a apropriação de ideias e conceitos é conseguida por meio da modalidade espaço-visual” (LIMA FILHO; LIMA 2011, p. 278).

Diante do exposto percebemos que a maioria dos professores (5) buscou acatar o que atesta a LDB 9394/96 em seu Art. 59 e o inciso I. Apenas um dos professores declarou que não utilizava materiais adaptados, mas que suas estratégias de ensino estavam dentro das perspectivas da educação dos surdos.

Quando questionados sobre as dificuldades relacionadas à elaboração de recursos adaptados, os participantes afirmaram ter diversas dificuldades, apesar de terem o apoio da coordenação no planejamento para pesquisa e elaboração de materiais. Entre as dificuldades apresentadas, foram apontadas: a) a demanda, já que a elaboração e confecção de todo o material didático adaptado em Libras e o ensino L2 (Português escrito) para surdos, requer

tempo; b) também reclamaram de não haver recursos didáticos/metodológicos gratuitos suficientes, e de não haver investimento adequado por parte do governo; c) de não haver uma política educacional instituída no MEC, assim como na LDB condizente com a realidade do surdo no âmbito da escola pública e privada; d) e finalmente, mas não menos importante, a falta de sinais específicos de acordo com cada tema trabalhado.

A falta de sinais específicos de Libras nas disciplinas, como menciona o P6, responsável pela área de geografia, é um fator desafiador durante as aulas. Além disto, Quadros & Schmiedt (2006, p.9) também ressaltam que: “Não basta ter um vocabulário enorme de uma língua, a pessoa precisa “entrar” na língua, “viver” a língua para poder ensinar por meio dela”. Ou seja, não são apenas esses fatores citados que estão limitando esses profissionais, os docentes necessitam do envolvimento com a cultura surda para assim se apropriarem dessa língua e ressignificarem sua prática, de maneira a atender as necessidades dos estudantes e melhorar o desempenho deles. Entendemos que as dificuldades são diversas, contudo, para a superação das mesmas, é necessário o professor compreender que a proficiência na Libras é essencial.

Quando questionados se atendiam aos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos surdos, todos os docentes disseram que a diferença dos níveis de aprendizado desses alunos eram levadas em consideração, no momento da aplicação dos conteúdos. Dois professores explicaram que primeiro analisavam e compreendiam seu público, depois dessa análise elaboravam as adaptações. Um dos professores afirmou que o conteúdo deve ser bem elaborado, explicado, revisado para contemplar todos os níveis de aprendizagem, sendo reforçados com os vocábulos em Libras/Português escritos ou colados nos cadernos dos estudantes. Outro professor considerava a avaliação e sondagem do conhecimento prévio do aluno necessário para o desenvolvimento do conteúdo, do mais simples ao mais complexo, respeitando os níveis de aprendizagem dos mesmos. Em alguns casos, os professores também respeitavam a organização dos conteúdos, que também está relacionada aos níveis de necessidades educacionais especiais associadas (dislexia, deficiência intelectual, autismo) bem como o alto nível de deficiência na língua portuguesa, por isso as explicações se tornam mais lentas.

Observando tamanha diferença dos níveis de aprendizagem, vale ressaltar que os surdos, muitas vezes, são inseridos ao ensino de Libras, muitas vezes de forma tardia e conseqüentemente fazendo com que as dificuldades aumentem. Segundo Fernandes (2005), em sua grande maioria, os surdos crescem em famílias de pais ouvintes, que falam o

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

português e não adquirem esta língua precocemente, por isso a falta do contato com sua L1 gerando essas diferenças nos níveis de aprendizado.

#### 4.3. Nível de aprendizagem e evolução do desempenho dos estudantes

Sobre o Nível de aprendizagem e evolução do desempenho dos estudantes surdos, os dados nos permitem afirmar que houve evolução na aprendizagem dos estudantes ao se utilizarem dos recursos didáticos adaptados.

Buscou-se compreender quais eram as áreas de aprendizagem que os estudantes melhoraram, e constatou-se que 66% apontaram evolução na comunicação; 50% em relação às avaliações; 83,3% apontaram desenvolvimento na área de socialização; 50% apontaram melhoras em áreas específicas, como Língua portuguesa/Libras e Geografia; 83,35% em relação à atenção, e 33,3% no tocante à criatividade.

Apenas um docente achou a pergunta um pouco difícil de responder, porque cada sala de aula agrega especificidades, afirmando que não havia como definir qual o material ou estratégia, deveria ser aplicados em sala de aula, podendo apontar melhoras no desenvolvimento dos estudantes.

Diante do exposto, constatou-se que quando utilizaram os recursos/materiais adaptados em sala de aula, os professores perceberam o desenvolvimento ou a evolução dos alunos na maioria dos pontos apresentados acima. Percebemos que adaptação de materiais é de suma importância, pois a maioria dos professores afirmou que esses materiais e recursos trouxeram o retorno esperado (de acordo as necessidades de cada aluno) sobre a aprendizagem dos estudantes.

Segundo MEC/SEE (2000, p.10) “Em síntese, as adaptações deverão ser implementadas, garantindo a cada aluno as respostas educacionais de que necessita, sejam elas quais forem, bem como de qual natureza e complexidade o forem”. A utilização das adaptações curriculares permitirá ao professor melhor acompanhamento de seus educandos e pode ainda proporcionar registros de avaliação, os quais proporcionarão ao docente, dados sobre a aprendizagem dos estudantes, como está sua evolução e desempenho escolar.

Não foi possível observar a que grau de evolução escolar os educandos apresentaram, pois não há dados para tal observação, visto que o foco da pesquisa estava nas vozes dos docentes.

#### 4.4. A aprendizagem de elaborar os materiais adaptados

Quando questionados sobre como aprenderam a elaborar materiais adaptados, constatou-se que todos se apropriaram dos mesmos de formas bem diversificadas, sendo elas: cursos na Funad ou na Universidade Federal de Campina Grande; na escola de magistério, durante ensino médio; pela internet e pesquisas individuais. Percebemos que alguns professores aprenderam a elaborar os materiais na vivência em sala de aula. Esta ação é natural, visto que, conforme as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (MEC, SEE 2000, p. 22) diz ser “[...] de atribuição e responsabilidade exclusivas do professor; em suas ações em sala de aula”.

Isso implica dizer que a busca por conhecimentos é necessária e constantemente, pois como Freire (1997) relata a prática educativa exige saberes associados às constantes formações e busca de conhecimento para refletir sobre a prática e corporificar as próprias palavras e ações docentes. Por isso, podemos dizer que o docente sempre está sujeito à busca de informações e conhecimentos, quando este assume sua postura profissional de maneira crítica buscando atender às reais necessidades dos educandos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação dos surdos atravessou vários desafios em seu percurso, sendo que o mais conhecido foi a proibição do uso da língua de sinais, após o Congresso de Milão, impedindo o desenvolvimento da comunicação dos surdos. Em contraste gozou de conquistas, aqui no Brasil, através da consolidação da Libras enquanto língua materna desta população. Mesmo havendo esse reconhecimento e a abertura de espaço na sociedade para o reconhecimento dos surdos como cidadãos, ainda há muitos desafios a serem rompidos.

Atualmente, a educação brasileira possui inúmeras orientações voltadas para à educação bilíngue, entre eles o oferecimento da língua materna (Libras) L1 e o português (modalidade escrita) como segunda língua L2 para os surdos.

Considerando os aspectos legais e pedagógicos para a construção da educação bilíngue, constatou-se que na escola pesquisa ainda há muito para se construir para se consolidar como escola inclusiva. Entre estes aspectos, emergenciais, pode-se apontar: melhorar a formação docente quanto à proficiência da Libras, elaboração de práticas com

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

utilização de recurso adaptados e a troca de experiências exitosas para a efetivação de novas práticas inclusivas.

Observou-se que, mesmo diante das dificuldades, os professores buscam ampliar seus conhecimentos da Libras por meio da formação continuada (oferecida pela instituição). Com isso, eles entenderam a relevância da adaptação de materiais didáticos para surdos, e confessam que ao abordarem esses métodos, obtiveram o retorno (aprendizado) dos alunos surdos de maneira mais positiva.

Concluimos que a adaptação de materiais oferece sim o ensino com mais clareza para os alunos surdos, porém, os docentes necessitam de uma formação continuada para que isto se efetive, visto que a maioria dos professores não possui a formação acadêmica apropriada.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos**: Ideologias e práticas pedagógicas. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Brasileiro, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em 17 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, Regulamenta a Lei nº 10.436. Brasília: Senado Federal. 2002.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1**, MEC: SEE, 2001.

BRASIL. **Lei nº10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Adaptações Curriculares. Brasília: Mec, 1999.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?**: Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 3, p. 37-61.

FERNANDES, E. (org). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA FILHO, Jailto Luis Chaves de; LIMA, Fernanda Barboza de. Estágio Supervisionado I. IN: FARIA, Evangelina Maria Brito de; ASSIS, Maria Cristina de. (Org.). **Língua**

**portuguesa e LIBRAS: teorias e práticas 4.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. In: **Revista Nova Escola**, São Paulo: Abril, v.20, n.182, p.24-26, maio. 2005.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** ArtMed. Porto Alegre. 2004.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Brasília : MEC, SEESP, 2004.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.